

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2025, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

§ único: Audiência conferida aos Espoliados de Angola e de Moçambique. Assunto: informar sobre o ponto de situação do pagamento das indemnizações aos Espoliados de Angola e de Moçambique.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Iniciada a sessão, dirigida pelo Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e aos representantes das associações de espoliados de Angola e Moçambique, Maria Clara Norton Brandão e Firmino Fonseca (AEMO) e Elisabete Oliveira (AEANG). De seguida deu conta da grelha de tempos e de como se procederia a audiência.

Firmino Fonseca (AEMO) agradeceu a oportunidade para abordar pontos relevantes sobre o processo de descolonização de Angola e Moçambique. Referiu que, em 1975, estes países já eram estados independentes e questionou a transferência, em 1977, da responsabilidade de indemnizações aos ex-colonos. Destacou a fuga de 500 mil pessoas devido à entrega precipitada do poder a movimentos marxistas e a ausência de cláusulas de salvaguarda nos acordos de Alvor e de Lusaca. Sublinhou que o artigo 40.º da Lei 80/77 e leis locais obstruíram o acesso à justiça e criticou a devolução tardia de depósitos bancários, sem juros. Por fim, comparou Portugal a outros países que pagaram indemnizações aos ex-colonos e apontou a incoerência entre a proteção dada aos Deputados e a negligência aos cidadãos espoliados.

Elisabete Oliveira (AEANG) relatou a história da sua família, cujos pais trabalharam e viveram em Angola, nomeadamente no Lobito, descrevendo a transformação negativa da cidade após a descolonização. Na direção da Associação desde 2023, destacou o esforço contínuo em manter viva a causa dos espoliados e o legado para as gerações seguintes, incluindo os seus filhos. Reiterou que, após 50 anos, o Estado português tinha o dever de

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL

indemnizar estas pessoas, sublinhando a necessidade de decisões concretas. Acredita que o Parlamento seria o local adequado para sensibilizar os representantes eleitos a agirem em prol desta justiça histórica.

Intervieram os Deputados Diogo Pacheco de Amorim (CH), que classificou o processo de descolonização como uma vergonha, sublinhando a injustiça contra os refugiados, que chamou de “não retornados”. Criticou os sucessivos governos por terem destinado recursos financeiros para várias áreas, mas nunca para compensar os verdadeiros prejudicados. Comprometeu-se, em nome do Grupo Parlamentar do CH, a lutar pela reparação destas injustiças históricas.

Rodrigo Saraiva (IL) reconheceu a dificuldade do Grupo Parlamentar da IL em acompanhar todos os trabalhos parlamentares devido ao número reduzido de deputados, mas expressou confiança no progresso rumo à resolução do tema. Sublinhou que, embora o processo possa demorar mais do que seria justo, acreditava num desfecho positivo. Referiu-se emocionalmente à ligação a Angola, sendo meio angolano, mas destacou a necessidade de abordar o tema com racionalidade e não apenas com emoção. Concluiu com palavras de força e incentivo.

Bruno Ventura (PSD) destacou que o tema das indemnizações foi formalmente agendado há 20 anos, mas só recentemente o Grupo de Trabalho tinha sido constituído, fruto de negociações no Orçamento do Estado com o Grupo Parlamentar do CH. Enfatizou o respeito pela dor dos espoliados, mas alertou que resolver o problema requer tempo e não se pode estimular falsas expectativas. Referiu a ligação pessoal a Moçambique, reafirmando que nem o colonialismo nem a descolonização foram perfeitos. Comprometeu-se a lutar por justiça atempada e alertou contra a instrumentalização do tema para reabrir feridas na sociedade portuguesa.

Paulo Pisco (PS) saudou os representantes das associações e reforçou a importância de não deixar o tema cair. Reconheceu o sofrimento dos espoliados e as perdas enfrentadas por milhares de portugueses, lamentando as expectativas criadas e não cumpridas ao longo de mais de 40 anos. Destacou os arquivos do Instituto Camões como uma possível solução para recuperar bens perdidos, mas alertou para a complexidade do tema. Referiu a

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL

reativação de um grupo de trabalho no Orçamento de 2025 e manifestou esperança no seu sucesso, solicitando informações sobre avanços nos arquivos.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) destacou que a responsabilidade dos governos é resolver problemas, não criar grupos de trabalho, sublinhando que estes frequentemente não são eficazes. Referiu que sucessivos governos têm adotado essa prática sem sucesso e apelou a uma abordagem mais direta e resolutiveira por parte do atual Governo.

O Presidente da Mesa, Deputado Carlos Eduardo Reis (PSD), referiu que não seria a ocasião apropriada para existir combate político.

Bruno Ventura (PSD) afirmou que a proposta aprovada implicava a constituição de um grupo de trabalho, mas destacou a importância de analisar os erros políticos do passado com distanciamento e compreensão, dada a pressão do momento. Enfatizou que o debate sobre a descolonização deve ir além de superficialidades, sendo essencial ouvir as pessoas diretamente afetadas. Por fim, criticou o uso do termo "retornado", considerando-o racista e inadequado, sublinhando que muitas pessoas desterradas viam as ex-colónias como a sua verdadeira terra, independentemente da origem ou cor da pele.

Elisabete Oliveira (AEANG) referiu que, nos anos 80, o Governo de então tinha orientado os portugueses que haviam deixado bens em Angola a entregarem documentos no Instituto de Camões, anteriormente com outra designação. Destacou que o Instituto possuía toda a documentação relativa aos bens entregues, e que, no seu caso, o seu pai já tinha entregado comprovativos. Afirmou ainda que, enquanto associações, apelavam aos sócios para que fizessem o mesmo movimento e garantiu que o Instituto de Camões tinha a documentação que refletia os bens perdidos em Angola e Moçambique.

Firmino Fonseca (AEMO) fez referência ao facto de, na altura, terem sido entregues cerca de 60 mil processos de reclamação, mas que muitos desses processos não qualificarão, devido à natureza dos bens reclamados, como, por exemplo, galinhas. Estima-se que apenas cerca de 5 a 6 mil processos possam ser válidos para compensação. Relatou também a história pessoal da sua família, com os seus pais e tios a construírem um império em Moçambique a partir de 1930, com diversas empresas e mais de 1.100 pessoas empregadas. Contudo, tiveram de abandonar tudo e regressar a Portugal em 1976, devido à situação política.

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL

Elisabete Oliveira (AEANG) referiu a importância dos processos no Instituto de Camões, que refletiam a realidade dos bens deixados em Angola e Moçambique. Referiu que os herdeiros tiveram que entregar a habilitação de herdeiros no Instituto para dar continuidade aos processos iniciados pelos pais. Referiu que, como cabeça de casal, tinha entregado a documentação e verificado todos os comprovativos. Reforçou que nem todos os associados da associação tinham conseguido, ao longo do tempo, formalizar a sua situação no Camões, mas o Instituto possuía a leitura real de todo esse processo.

O Presidente da Mesa, Carlos Eduardo Reis (PSD) agradeceu aos membros das associações de espoliados pelas suas intervenções e comentou sobre a relevância da sua mensagem de esperança. Aproveitou para partilhar uma experiência recente, em que uma audiência conciliadora conseguiu resolver uma situação que estava pendente há 20 ou 30 anos, envolvendo trabalhadores lesados pelo fato do Ministério de Negócios Estrangeiros não ter feito os devidos descontos para a segurança social. Destacou a complexidade da situação, mas também a possibilidade de resolução, fazendo uma analogia com a questão dos bens deixados em Angola e Moçambique.

Maria Clara Norton Brandão (AEMO) destacou que muitas pessoas tinham perdido tudo com a descolonização, ficando sem nada. Expressou uma grande indignação por o Estado português ainda não ter resolvido a situação, questionando como era possível que Portugal não tivesse indemnizado os cidadãos que foram expulsos das suas terras e bens. Referiu o caso pessoal dos seus pais, que perderam tudo e tiveram de viver com ela, sublinhando que, à época, os países em apreço eram Portugal e que ninguém devia ser deixado sem resposta por parte do Estado. Concluiu apelando à reflexão e à resolução deste problema, considerando-o uma questão de princípio e de valor.

Maria Clara Norton Brandão e Firmino Fonseca (AEMO) e Elisabete Oliveira (AEANG) agradeceram o fato de terem sido recebidos pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 14:59 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL**

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2025,

**O VICE-PRESIDENTE**

**Carlos Eduardo Reis**



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 40/XVI/M&C 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Bruno Ventura (PSD)  
Paulo Pisco (PS)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Marisa Matias (BE)  
Alexandre Poço (PSD)  
Pedro Sousa (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---